



DESDE 1988  
AO LADO DOS  
TRABALHADORES

Quarta rodada de  
negociação na Axia  
Energia  
Página 3



Sinergia faz  
planejamento da  
nova gestão  
Página 2



CELESC

## Não deixará saudade...

PRESIDENTE TARCÍSIO ROSA SAI DA CELESC E DEIXA COMO MARCAS OS PROBLEMAS NO ATENDIMENTO, O AUMENTO DA TERCEIRIZAÇÃO E O ENFRENTAMENTO COM A CATEGORIA



Tarcísio Rosa finalmente sairá da presidência da Celesc. A notícia, divulgada pelo jornal Notícias do Dia no final de semana, foi recebida com alívio pelos trabalhadores. A gestão Tarcísio encerra um período marcado por forte desgaste na relação com os trabalhadores e por críticas recorrentes da população quanto à qualidade dos serviços prestados pela companhia. Ao longo de sua gestão, acumulam-se episódios que evidenciam um modelo de administração privada, voltado à redução de custos e aumento do lucro dos acionistas, mas que **troux**e impactos diretos tanto para os empregados quanto para os consumidores. A percepção é de deterioração da marca Celesc ao longo dos três anos em que Tarcísio esteve à frente da empresa, indicado pelo governador Jorginho Mello (PL).

Um dos principais pontos de insatisfação esteve relacionado ao atendimento ao público. Consumidores de diversas regiões de Santa Catarina enfrentaram dificuldades com prazos para religação, demora na solução de problemas, lojas de atendimento lotadas com filas de espera e canais de atendimento sobrecarregados. A percepção de piora nos serviços ganhou força especialmente em

momentos de crise, como eventos climáticos, quando a resposta da empresa foi considerada insuficiente por usuários e entidades de defesa do consumidor. Um dos casos mais recentes foi a falta de planejamento para a operação verão no litoral catarinense, especialmente na região do Vale do Itajaí: Consumidores passaram horas sem energia durante a virada do ano, gerando reclamações da população, de prefeitos, vereadores e deputados. Uma audiência pública foi realizada pela Assembleia Legislativa, mas Tarcísio não apareceu para defender a empresa e sua gestão - mandou outro diretor em seu lugar.

### Terceirismo?

Internamente, a política de ampliação da terceirização foi outro eixo central da gestão. O aumento da contratação de empresas terceirizadas para atividades-fim da Celesc gerou preocupação entre os trabalhadores, que apontam riscos à segurança, precarização das condições de trabalho e perda de conhecimento técnico acumulado ao longo dos anos. Para as entidades sindicais que compõem a Intercel, essa estratégia enfraquece a empresa pública e compromete a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Nos corredores da empresa, Tarcísio ganhou o apelido nada carinhoso de Terceirismo, o que evidencia que a grande marca de sua gestão para a categoria elétrica foi a terceirização e a não valorização dos trabalhadores próprios.

Em mensagem ao Linha Viva nessa semana, um trabalhador faz um resumo da gestão Tarcísio na Celesc: "As únicas realizações que ele aponta são os investimentos aprovados pelo Conselho de Administração e a valorização das ações. Ou seja, zero compromisso com o atendimento e zero consequência do próprio trabalho".

### Enfrentamentos

O período também foi marcado por um clima constante de enfrentamento com a categoria. Negociações salariais difíceis, tentativas de retirada de direitos e posturas consideradas intransigentes por parte da direção contribuíram para o aumento da tensão. Mobilizações, paralisações e protestos tornaram-se frequentes, refletindo a insatisfação dos trabalhadores com os rumos da empresa.

A teimosia de Tarcísio nas negociações também resultou em duas greves: uma em 2024, pela PLR, e outra em 2025, pelo destravamento das negociações do Acordo

Coletivo de Trabalho. A categoria só avançou em direitos durante a gestão Tarcísio Rosa à base de muita luta, com greves, paralisações e grandes atos organizados pelos sindicatos da Intercel.

Para a Coordenação da Intercel, o balanço da gestão é negativo. A avaliação é de que houve um distanciamento entre a presidência e a realidade vivida pelos empregados e pela população, com decisões que priorizaram indicadores financeiros em detrimento da função social da Celesc como empresa pública estratégica para o desenvolvimento do estado.

Com a saída de Tarcísio Rosa, abre-se a possibilidade de um novo momento para a companhia. As entidades representativas dos trabalhadores esperam que a próxima gestão priorize o diálogo, valorize o quadro próprio, invista na melhoria do atendimento e retome o compromisso com um serviço público de qualidade, alinhado aos interesses da sociedade catarinense.

### Futuro da Celesc

O jornal Notícias do Dia aponta como provável sucessor de Tarcísio na empresa o advogado Edson Moritz, que hoje preside a Casan. No currículo, Moritz afirma ter atuado "nas áreas comercial e branding/marketing (analógico e digital) e também em gestão estratégica e de administração financeira". Também atuou na Assessoria Parlamentar da liderança do PL (partido do governador Jorginho Mello) no Senado Federal, como coordenador do Núcleo de Articulação Política.

A expectativa da categoria é que, se confirmada essa informação pelo Conselho de Administração da Celesc, Moritz utilize todo o seu conhecimento para ajudar a resolver os problemas herdados de Tarcísio no sistema comercial e a recuperar a imagem da Celesc perante a sociedade catarinense. Além disso, que respeite os direitos históricos da categoria e que trabalhe para construir negociações coletivas respeitadas. **Que a nova gestão tenha o olhar para a empresa pública e não privada**, honrando o compromisso firmado por Jorginho de manter a Celesc Pública.

Foto: Divulgação/Casan



# Trabalhadores do Almojarifado Central se manifestam sobre possível mudança

Mensagens foram enviadas ao LV após publicação da Tribuna Livre na edição 1689 sobre o tema

Trabalhadores do Almojarifado Central enviaram mensagens ao Linha Viva após a publicação da Tribuna Livre na edição 1689, que fazia um comparativo da mudança de cidades com a tragédia do Titanic. Todas as mensagens trazem o mesmo sentimento de indignação com a mudança, em função dos prejuízos que os trabalhadores terão caso ela se concretize.

Confira abaixo os relatos dos trabalhadores, que pediram anonimato, por medo de perseguição:

**Trabalhador 1:** "Hoje, minha rotina é sinônimo de qualidade de vida. Moro a menos de 2km do trabalho, o que me permite almoçar em casa e participar ativamente da criação do meu filho de 5 anos, levando-o e buscando-o na escola. No entanto, a transferência do Almojarifado para Biguaçu ameaça destruir esse equilíbrio. Passar de uma curta caminhada para um trajeto de 50km significa perder horas preciosas com minha família no trânsito, além de elevar drasticamente meus custos de deslocamento. É angustiante ver o tempo de qualidade com quem amo ser trocado pelo asfalto e a exposição diária aos odores e gases de um aterro sanitário e de uma fábrica de ração. Essa logística é desfavorável para o bem-estar dos trabalhadores e desestrutura rotinas familiares consolidadas, como a minha, que depende da atual localização para o suporte escolar do meu filho".

**Trabalhador 2:** "Com a mudança, o tempo médio de deslocamento irá aumentar em aproximadamente 2 a 3h diárias, dependendo das condições do trânsito, impossibilitando que eu leve e busque minha filha na creche e que almoce em casa.

A transferência do local de trabalho acarretará no aumento aproximado de R\$ 2.212,32 mensais em despesas diretas (R\$ 1.552,32 de Gasolina e R\$ 660,00 de alimentação), além de prejuízos imateriais relacionados à convivência familiar (menos tempo com minha esposa e filhos), desgaste físico e emocional (menos tempo e disposição para me exercitar e estudar), e redução significativa da qualidade de vida".

**Trabalhador 3:** "Meu filho menor (com TEA), que mudanças para ele e para minha família seria uma mudança brusca. Ele faz várias terapias no contraturno da minha jornada de trabalho, além atividades, tenho 3 filhos que estudam em 2 escolas diferentes por conta do grau escolar. Todas as atividades, terapias e escolas estão concentradas no município onde o Almojarifado encontra-se hoje. Com o deslocamento alteraria o cronograma já estabelecido para não causar crises no meu filho (TEA). Sem contar o tempo do deslocamento para o futuro local de trabalho, onde não possui escola, local para construir uma residência, não possui clínicas, hospital, nada por perto. Da minha casa até o local/trabalho e trabalho/casa terá 100km, contando com o tempo médio de 1h (sem movimento/horário de pico e sem acidentes)".

O Sinergia fez o protocolo de denúncia ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público do Trabalho sobre o caso. Um trabalhador da Celesc também ingressou com Ação Popular em função de possíveis irregularidades no processo licitatório.

rios e de saúde são monitorados de forma contínua, seguindo as normas vigentes e sob acompanhamento dos órgãos de governança.

Para a atual gestão, o momento exige atenção, mas também responsabilidade na condução e na apuração dos fatos. A Fundação reiterou seu compromisso com a boa governança, a conformidade regulatória e a segurança dos planos administrados, buscando tranquilizar participantes e assistidos quanto à solidez da entidade.

A Celos informou que seguirá acompanhando os desdobramentos da operação e que manterá seus participantes informados sobre qualquer fato relevante. Também reforçou que seus canais de atendimento permanecem disponíveis para esclarecimentos.

Importante registrar, ainda, que o processo conduzido pela Polícia Federal permanece em fase de investigação. Somente ao final desse processo o delegado responsável produzirá um relatório final, concluindo se há ou não indícios de autoria e materialidade para envio ao Ministério Público – titular de uma eventual ação penal contra os envolvidos.

Os sindicatos integrantes da Intercel também acompanharão o andamento da investigação e manterão os celesquianos ativos e aposentados informados.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

**Sinergia envia Pauta de Reivindicações à direção da Cerej**

O Sinergia enviou à direção da Cerej a Pauta de Reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho construída nas assembleias com os trabalhadores. O sindicato solicitou o início das negociações para a data mais breve possível. Além disso, o sindicato pediu agilidade à empresa em relação a substituição de equipamentos de segurança danificados com o uso. Em uma das assembleias da semana passada, trabalhadores indicaram que as calças anti-chamas adquiridas pela empresa estão rasgando com facilidade. Além disso, que há necessidade de substituição mais celere de calçados danificados durante as atividades laborais.

**Sinergia faz planejamento da nova gestão**

O Sinergia realizou nos dias 10 e 11 de abril o planejamento da nova diretoria eleita em fevereiro pela categoria e que tomou posse nessa quarta-feira, dia 15. Além de traçar as estratégias para atingir as propostas de campanha, também foram definidas as funções na diretoria do sindicato. O novo Coordenador Geral será Lucas Henrique da Silva, trabalhador da Celesc, e a suplência da Coordenação será de Sheyla Kotani, trabalhadora da Axia Sul Energia. Todas as funções da nova diretoria você confere no site do Sinergia: [www.sinergia.org.br](http://www.sinergia.org.br).



Fotos: Carolina Sônego



**Custo da cesta básica aumenta nas 27 capitais, afirma DIEESE**

O DIEESE divulgou na semana passada a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Todas as capitais registraram alta nos preços da cesta, com taxas que oscilaram entre 0,77%, em São Luís, e 10,93%, em Aracaju. São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R\$ 883,94), seguida por Rio de Janeiro (R\$ 867,97), Cuiabá (R\$ 838,40) e Florianópolis (R\$ 824,35). O preço da cesta básica de Florianópolis apresentou alta de 3,36% em relação a fevereiro. Na comparação com março de 2025, o valor diminuiu -0,91%.

**Pesquisa revela que brasileiro prefere emprego com carteira assinada**

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgada na semana passada mostra que o emprego com carteira assinada (CLT) continua sendo a principal preferência dos brasileiros, escolhido por 36,3% dos trabalhadores. O modelo é valorizado principalmente pelo acesso a direitos trabalhistas e à Previdência, enquanto opções como trabalho autônomo, informal ou por plataformas digitais aparecem bem atrás. Entre os jovens, a preferência pelo emprego formal é ainda maior, refletindo a busca por estabilidade no início da carreira. Já o trabalho por aplicativos é visto, na maioria dos casos, como complemento de renda, e não como atividade principal.

# Confederação Nacional dos Urbanitários atualiza informações sobre a tramitação da aposentadoria especial para a categoria eletricitária

Reprodução: Boletim do CNU abril de 2026

A Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU) divulgou na semana passada um boletim sobre a aposentadoria especial para eletricitários que atuam em área de risco. Confira o informe na íntegra abaixo:

Sobre as decisões ocorridas no STF:

No julgamento do Tema 1450, o Tribunal, por unanimidade (10 a 0), reconheceu a inexistência de Repercussão Geral da questão, (contagem de tempo especial para eletricidade) por não se tratar de matéria constitucional. Com esse recurso junto ao STF, o INSS tinha como objetivo descaracterizar o reconhecimento da atividade especial aos trabalhadores do setor elétrico, como haviam conseguido com a atividade dos vigilantes ocorrido com o julgamento do Tema 1209, ocorrido em fevereiro.

E o que isso significa? Significa que a especialidade da atividade dos trabalhadores submetidos ao risco de choque elétrico acima de 250 volts, laborado em período anterior à data do início da vigência da Emenda Constitucional 103 de 13/11/19, continuará sendo negada no âmbito do INSS, porém, com base em decisão do STJ, esses períodos continuarão sendo reconhecidos como especial, desde que amparado em documento (PPP) corretamente preenchido, que comprove a exposição habitual e permanente ao risco de choque elétrico acima de 250 volts.

Sobre o TEMA 1209, que julgou recurso do INSS em que se discutia a Aposentadoria Especial dos VIGILANTES, o STF decidiu por maioria não reconhecer a Aposentadoria Especial aos VIGILANTES, o mais importante dessa votação, é que o INSS queria incluir a discussão da ELETRICIDADE, tendo o próprio STF deixado claro que a decisão NÃO SE APLICA AUTOMATICAMENTE aos trabalhadores expostos ao risco de choque elétrico, diferenciando-os dos vigilantes.

# Quarta rodada de negociação com a Axia Energia com pequenos avanços e muitas confusões

Está mais do que na hora de a Axia reconhecer o valor de seus trabalhadores e trabalhadoras

A quarta rodada de negociação aconteceu na última quinta-feira, 9 de abril, e a proposta apresentada pela Axia Energia ao Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) ignorou dezenas de cláusulas históricas, pontos importantes conquistados ao longo de muitos anos de luta e que refletem a dedicação da categoria.

Com essa postura, o CNE aumenta o tom e cobra que a AXIA RESPEITE A HISTÓRIA E SEJA A MELHOR. Não é reduzindo direitos que a empresa atingirá esse patamar. Que coerência há em uma proposta sem avanços e que desprezita conquistas, vinda da maior empresa do setor elétrico da América Latina, que vem apresentando resultados econômico-financeiros tão expressivos nos últimos anos?

Nessa rodada, no debate sobre reajuste, a Axia apresentou reajuste "zero" nos salários pelos próximos dois anos, salários que, na prática, já se encontram praticamente congelados desde 2024. Essa proposta está fora da realidade, considerando os lucros expressivos do último período.

O reajuste em alguns benefícios, após dois anos de conge-

lento, é o mínimo para garantir competitividade frente aos pares no mercado. Outro ponto primordial é garantir a segurança no ambiente de trabalho, não adianta se dizer a melhor para o público externo enquanto, internamente, as pessoas sofrem sem saber se terão ou não emprego no dia seguinte.

**MÉRITO NÃO É PARA TODOS, REAJUSTE É!**  
A empresa criou uma confusão sobre o que é reposição salarial, PLR e mérito. Não se consideram todos esses processos como reposição salarial, por serem diferentes. Mérito não é para todos, não tem transparência e, hoje, exclui trabalhadores com salários mais elevados. Reajuste tem que ser para todas as pessoas. A PLR é uma remuneração variável, paga pelo resultado alcançado, e não se trata de reposição por perda da massa salarial.

**NOVA TABELA UNIFICADA DE MENSALIDADES**  
Para as mensalidades do plano de saúde, a empresa apresentou uma nova tabela unificada, que poderá sofrer reajustes para os trabalhadores e trabalhadoras. O CNE está analisando esta tabela, mas o que chama atenção é que para a

sendo assim, nada muda para o tempo de trabalho dos eletricitários até 13/11/2019, todavia, o problema continua sendo o período de trabalho após a reforma da previdência, já que no texto da Constituição é expressamente vedada a possibilidade de reconhecimento das atividades que envolvem a periculosidade como sendo especial.

Para voltar a ter direito de contagem desse tempo como especial ao agente perigoso eletricidade, ou seja, para o retorno da Aposentadoria Especial aos trabalhadores expostos ao risco de choque elétrico, é necessário que seja aprovado um Projeto de Lei no Congresso, como é o caso do PLP 42/2023 que atualmente encontra-se em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

**Histórico do PL 042/2023**  
O direito dos trabalhadores que atuam com exposição ao risco de choque elétrico à aposentadoria especial, foi subtraído na Reforma da Previdência de 2019 - durante a gestão Bolsonaro - através da Emenda 103. Na época houve um acordo entre os senadores, que firmaram compromisso com o senador Paulo Paim (PT/RS) em aprovar imediatamente após a reforma, um PLC específico para reparar essa demanda dos trabalhadores eletricitários que deixaram de ter direito à aposentadoria especial, o que acabou não acontecendo.

Somente em 2023, o PLP 245/2019 que trata da matéria tramitou no Senado, tendo sido aprovado por unanimidade, no entanto, não contemplou os trabalhadores sujeitos ao agente nocivo perigoso eletricidade.

Após a chegada na Câmara dos Deputados, o PLP 245/2019 foi apensado ao PL 042/2023, de autoria do deputado Alberto Fraga (PL/DF), tendo como relatora a deputada Geovânia de Sá (Republicanos/SC).

Ainda em 2023, foi criado um GT (Grupo de Trabalho) pelo

CNU com representantes de quase todos os estados do País para acompanhar e viabilizar o retorno da Aposentadoria Especial aos Trabalhadores expostos ao risco de choque elétrico.

Após muita articulação do GT junto à relatora, seus assessores e aos parlamentares da CTRAB (Comissão de Trabalho na Câmara), os trabalhadores expostos ao agente nocivo eletricidade foram contemplados no relatório da deputada, que foi aprovado no plenário daquela comissão, por estarem expostos ao agente perigoso eletricidade, corrigindo, em parte, o desmonte ocorrido em 2019 com a Emenda Constitucional 103, que deixou esses trabalhadores sem o direito à Aposentadoria Especial.

O CNU conseguiu também avançar no texto que estipulou uma idade mínima de 48 anos, com tempo de 25 anos na área de risco + idade mínima, além de contemplar também a questão da conversão, "devolvendo" o direito à conversão do tempo especial em comum, mesmo após 2019.

Após aprovação na CTRAB o PL tramitou por mais de um ano na Comissão de Previdência, onde foi aprovado em 2025, com algumas alterações, inclusive ampliando o número de atividades a serem beneficiadas com a Aposentadoria Especial e que encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Sendo aprovado, ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça, antes de ir para o plenário da Câmara e do Senado, e novamente sendo aprovado, irá para a sanção da Presidência da República.

Esses trabalhadores precisam do apoio de todos os parlamentares para que seja corrigida essa injustiça ocorrida em 2019 com a reforma da previdência, dessa forma, devolvendo aos trabalhadores expostos ao risco de choque elétrico, o tão merecido direito à aposentadoria especial.

tabela de saúde, a Axia aplicou reajuste considerando todos os anos em que a tabela ficou congelada, mas, para os salários e benefícios, a empresa não aplica o mesmo critério.

Seguiremos informando os trabalhadores e trabalhadoras e alertamos para que fiquem atentos que **COMUNICAÇÃO É FERRAMENTA DE DISPUTA** de ideias e interesses. Em uma negociação de acordo coletivo, em que a disputa entre capital e trabalho está colocada, as pessoas trabalhadoras precisam saber quem é que atua em defesa de seus interesses, que neste caso, são as entidades sindicais.

O CNE espera que, na próxima rodada de negociação, agendada para o dia 16 de abril, seja possível avançar em uma proposta que reconheça o valor dos trabalhadores e trabalhadoras, responsáveis pelo crescimento da empresa, pelos lucros expressivos alcançados, pelos elevados dividendos distribuídos aos acionistas e pelo cumprimento consistente das metas operacionais e financeiras ao longo dos anos.

Convocamos toda a categoria para que siga atenta e mobilizada!

# Sinergia divulga resultado do concurso literário Conto e Poesia

Concurso literário do sindicato é um dos mais tradicionais de Florianópolis



É com muita alegria que o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis – Sinergia, através das Comissões Seleccionadoras compostas por Simone Pereira Schmidt, Telma Scherer e André Soltau (Conto) e Eliane Santana Dias Debus, Patrícia Claudine Hoffmann e Rubens da Cunha (Poesia), divulga a relação dos/as autores/as e respectivos trabalhos seleccionados no 11º Concurso Literário Conto e Poesia, promovido pelo sindicato.

## CONTO

Andresa Notari Gonçalves Magalhães - A vida que dormia no livro

Brunno Manfra - O menino e a mesa  
Eduardo Sens dos Santos - Rita, que era Marcela  
Francielli Cristina Campiolo - Residencial Cornelles  
Fruitoso Alves de Oliveira - O Evangelho Segundo Romário  
Gustavo Simas da Silva - Fuligem e o rosto branco  
Jeana Laura da Cunha Santos - Motorista de aplicativo  
Jéssica Helena Trombini - Quero parar, mas não consigo  
Julia Dias Lopes - Um hospício  
Marcelo Alves - Dom Quixote  
Mariana Vogt Michaelsen - Perguntam da vó, silêncio  
Rodrigo Domit - Desfocada  
Thiago Toscani - A sombra no mercado  
Wagner Fonseca - O leitor caminha  
William Wollinger Brenuvida - Arca caída

## POESIA

Ana Esther Balbão Pithan - Décima para Cruz e Sousa  
Anacreonte Fonjic - Então enfim (Lucia não devia ter jogado aquele gato no meio do giz e do sal)

Brunno Manfra - Sobre el niño y su cometa  
Carlos Eduardo Vieira de Figueiredo - Tripe Cinematográfico – Fade out 1: o torpor/a curiosa sensação  
Daniel Serravalle de Sá - Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio  
Danielle Gonçalves Rech Mazzorana - Debatimento cardíaco  
Danuza Meneghello - Atotô  
Eduardo Reckziegel - Carta na manga  
Eveline Klein - Quando a aracuã canta  
Fabiano Foresti - Olhos  
Giovanni de Souza Vellozo - Edifício  
Gustavo Simas da Silva - a palavra dita sem pensar é arpão  
Jéferson Silveira Dantas - Terra contestada  
João Paulo Rodrigues Júnior - sem titulo  
Julio Cesar Machado de Souza - Haicai (Lá)  
Leandro Richard da Silva - Arame farpado  
Marcel Angelo Timon Frias - Para meu pai e meu avô  
Márcio Antônio Lovato - A evolução das coisas  
Mariana Vogt Michaelsen - sem titulo  
Micheli Hartmann - Depois da Meia Noite  
Natanael Medade - O lobo no rio dos bois  
Pedro Henrique Bampi - Relato de uma oficina de rádios  
Raul Fausto Ferrari Bagatini - Noite  
Samuel Arlindo Góes - Alguma concentração  
Sofia da Silva Quarezemin - Estudo sobre a névoa  
Suyan de Oliveira de Melo - Palávidas  
Tamara Martins - Maturar  
Thaiara Dornelles Lago - Vale tudo  
Valdemir Klamt - O Amor do Palhaço  
William Wollinger Brenuvida - Casa de Sal, Água e Areia

Conforme estabelece o regulamento do concurso, os 45 trabalhos seleccionados serão reunidos em antologia, cabendo a cada autor classificado 15 exemplares. Os demais participantes, por deliberação da diretoria do sindicato, receberão um exemplar do livro. Foram inscritos 710 trabalhos (447 poemas e 263 contos) de 301 participantes, oriundos de todas as regiões do estado. Esta edição do concurso contou com o apoio da Fundação CELOS, Advocacia Garcez, Livraria Latinas, Livraria livros e Livros e APCELESC.

O lançamento do livro está previsto para o segundo semestre deste ano com data que será marcada posteriormente. Assim que a data seja confirmada, comunicaremos todos os participantes do 11º Concurso Literário Conto e Poesia e o público em geral.

Parabenizamos os/as autores/as classificados/as e agradecemos a participação de todos que, com sua expressão literária, mantêm acesa a chama do sonho.

Caroline Camargo Borba, Lucas Henrique da Silva e  
Julia Souza  
Comissão Organizadora do 11º Concurso Literário  
Conto e Poesia



ação cultural  
sinergia